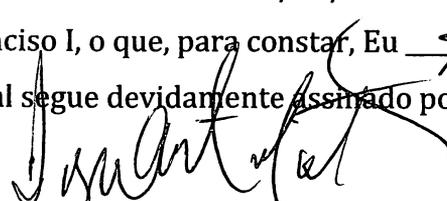




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, às 08h00min, na Sala de Audiências desta **Vara Distrital de Monte Dourado, Comarca de Almeirim**, onde presentes se encontravam o Excelentíssimo Senhor Dr. JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE, Juiz Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior (CJCI), o Senhor DANIEL DOS REIS AFFONSO, Assessor Jurídico, ausente justificadamente o Exmo. Sr. Dr. CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA, Juiz de Direito titular da Vara Única de Almeirim, respondendo pela Vara Distrital de Monte Dourado durante o período em que o magistrado titular encontra-se respondendo na comarca de Belém com prejuízo da jurisdição, deu-se por instalada a Correição Geral Ordinária na Vara Distrital de Monte Dourado, Comarca de Almeirim, conforme previsto na Lei nº 5.008, de 10/12/1981 - Código de Organização Judiciária do Estado do Pará, art. 164, inciso I, o que, para constar, Eu A (Daniel dos Reis Affonso), lavrei o presente termo, o qual segue devidamente assinado por mim e demais presentes.


JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE
Juiz Auxiliar


DANIEL DOS REIS AFFONSO
Assessor Jurídico

NO. PROCESSO: 2016.7.003051-4
SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR
Data Cadastro: 13/09/2016
CLASSE: CORREICAO - ORDINARIA



Partes:
REQUERENTE - CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS
ENVOLVIDO - VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: ALMEIRIM – VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO EDITAL Nº 001/2016-CJCI e 003/2016-CJCI PERÍODO: 30/05 a 03/06/2016 Juiz Corregedor: JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: Comarca de Almeirim – Vara Distrital de Monte Dourado
1.2 COMPETÊNCIA: A Vara Distrital de Monte Dourado tem competência plena, com exceção dos feitos da Fazenda Pública Estadual e Municipal, limitada, geograficamente, ao Distrito do mesmo nome criado pela Lei n. 5.075, de 02 de maio de 1983. (Fonte: Art. 1º da Resolução n. 005/2014-GP, publicada no DJ 5458/2014, de 13/03/2014).
1.3 MAGISTRADO (A): Rafael da Silva Maia
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular, porém responde com prejuízo em Belém desde 01/06/2015 – P. 2075. 15.
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde 07/05/2015,
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Fórum Distrital de Monte Dourado, situado na Av. Beira Rio, s/nº, Centro, Distrito de Monte Dourado, Almeirim, Pará.
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Cessão sob a forma de utilização gratuita, em caráter provisório – Contrato celebrado entre a União e o Estado do Pará, em 18/09/2013; Portaria n. 43, de 04/09/2013, publicada no DOU n. 178, de 13/09/2013, p. 99. (Fonte: Serviço de Controle de Bens Patrimoniais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará)
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: O prédio se constitui de 01 bloco térreo, bastante espaçoso, com as seguintes dependências: hall de entrada; UNAJ (01 sala de 01 compartimento); Protocolo/Distribuição (01 sala de 01 compartimento); Sala destinada ao Almoxarifado/Arquivo (01 sala de 01 compartimento); Sala dos Oficiais de Justiça (01 sala de 01 compartimento); Secretaria Judicial – Execução Fiscal (01 sala de 01 compartimento); Secretaria Judicial – Cível/Criminal (01 sala de 02 compartimentos, sendo um utilizado pela Secretaria e o outro para o CPD); Depósito de Armas e Bens Apreendidos (01 sala de 01 compartimento); Sala de Audiências (01 sala de 01 compartimento); Assessoria (01 sala de 01 compartimento); Gabinete do Juiz com banheiro (01 sala de 02 compartimentos); 01 banheiro masculino; 01 banheiro feminino; 01 banheiro para deficientes físicos; Cozinha/Lavanderia; Sala do Ministério Público com banheiro (01 sala de 02 compartimentos); Sala da Defensoria Pública com banheiro (01 sala de 02 compartimentos); Sala da OAB com banheiro (01 sala de 02 compartimentos).
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: () Boas (X) Regulares () Ruins Justificar: A segurança com relação às janelas é precária vez que o tipo de grade instalada não traz a segurança necessária; o prédio não tem muro ou grade de proteção em seu entorno.
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar:
2.6 MOBILIÁRIO: (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
2.7 SEGURANÇA: () Boa () Regular (X) Ruim Justificar: Não existem postos de segurança; não existem câmeras de segurança; não existe cofre para guarda de bens apreendidos; não existe sala com segurança adequada para a guarda de armas apreendidas e bens apreendidos; o prédio imprescinde de muro ou grade de proteção em seu entorno.
2.8 ACESSIBILIDADE: (X) Boa () Regular () Ruim Justificar:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO –
COMARCA DE ALMEIRIM



2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL:

() Boa () Regular () Ruim

Justificar: Não há residência oficial.

3. MAGISTRADOS

3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Rafael da Silva Maia – titular desde 07/05/2015, porém responde com prejuízo em Belém desde 01/06/2015 – P. 2075. 15.

3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Clemilton Salomão de Oliveira

Respondeu – 04 a 18/04 – P. 1551. 16 (31/03)

Respondeu – 19 a 29/04 – P. 1832. 16 (19/04)

Responde – 02 a 31/05 – P. 2023. 16 (02/05)

3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Não houve período de ausências.

3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: O magistrado atual titularizou no dia 20-04-2016 na Vara Única da Comarca de Almeirim e desde então cumula com a Vara Distrital de Monte Dourado.

3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES: O Dr. Clemilton Salomão de Oliveira integra o Grupo de Trabalho de Apoio para julgamentos dos processos da Meta 04 e 06 do CNJ, participando constantemente de mutirões.

3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: A unidade jurisdicional não emprega aparatos tecnológicos à prestação jurisdicional, além da utilização de computadores e sistemas de informática do TJE/PA.

Para um melhor trabalho, apesar de se tratar de Vara de competência Geral, a Secretaria Judicial foi dividida em dois setores, sendo um deles destinado ao Cartório da Execução Fiscal e o outro aos Cartórios Cível/Precatórios/Cartas Precatórias e Cartório Criminal.

3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS: (Fonte: Serviço de Cadastro de Magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Pará)

JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 MÁRCIO TEIXEIRA BITTENCOURT	27/10/2014	31/12/2014
02 RÔMULO NOGUEIRA DE BRITO	04/11/2014	09/11/2014
03 RÔMULO NOGUEIRA DE BRITO	18/11/2014	22/11/2014
04 RÔMULO NOGUEIRA DE BRITO	25/11/2014	30/11/2014
05 FRANCISCO EDUARDO GIRÃO BRAGA	01/12/2014	31/12/2014
06 ROBERTO RODRIGUES BRITO JÚNIOR	01/01/2015	06/03/2015
07 MÁRCIO TEIXEIRA BITTENCOURT	07/03/2015	19/03/2015
08 ROBERTO RODRIGUES BRITO JÚNIOR	20/03/2015	06/05/2015
09 ROBERTO RODRIGUES BRITO JÚNIOR	07/05/2015	07/05/2015
10 ROBERTO RODRIGUES BRITO JÚNIOR	11/05/2015	31/05/2015
11 ROBERTO RODRIGUES BRITO JÚNIOR	01/06/2015	16/06/2015
12 KARISE ASSAD	24/06/2015	26/07/2015
13 KARLA CRISTIANE SAMPAIO NUNES	17/06/2015	26/07/2015
14 THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES	10/08/2015	11/08/2015
15 CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA	27/07/2015	03/04/2016

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores)

4.1 GABINETE: Não há servidor lotado no Gabinete.

4.2 SECRETARIA:

Nome: Marla Isabela De Oliveira Miranda Lana – Matrícula n. 125261

Cargo: Diretor de Secretaria

Ato de nomeação: Portaria n. 3621/2014-GP, de 30/10/2014, DJE-04/11/2014

Ato de lotação: Portaria n. 3621/2014-GP, de 30/10/2014, DJE-04/11/2014

Nome: André Souza Rodrigues – Matrícula n. 147010

Cargo: Auxiliar Judiciário

Ato de nomeação: Portaria N. 5063/2015-GP, de 30/11/2015, DJE-01/12/2015



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO –
COMARCA DE ALMEIRIM



<p>Ato de lotação: Portaria n. 5063/2015-GP, de 30/11/2015, DJE-01/12/2015</p> <p>Nome: Elton Jonas Pereira Da Silva – Matrícula n. 145068 Cargo: Auxiliar Judiciário Ato de nomeação: Portaria n. 2503/2015-GP, de 30/07/2015, DJE-06/07/2015 Ato de lotação: Portaria n. 4920/2015-GP, de 16/11/2015, DJE-17/11/2015</p> <p>Nome: Fredison Viana Dos Santos Cargo: Auxiliar Judiciário Obs.: Servidor cedido pela Prefeitura Municipal de Almeirim ao Tribunal de Justiça do Pará – Ofício nº 099/08-SEAP, de 18/02/2008.</p> <p>Nome: Gledson Souza Menezes – Matrícula n. 116114 Cargo: Auxiliar Judiciário Ato de nomeação: Portaria n. 1840/2013-GP, de 08/05/2013, DJE-09/05/2013 Ato de lotação: Portaria n. 3622/2014-GP, de 30/10/2014, DJE-04/11/2014 Obs.: O servidor se encontra afastado do exercício do cargo em virtude de determinação da Presidência do TJE/PA - Portaria n. 677/2016-GP, de 16/02/2016, DJE-17/02/2016.</p> <p>Nome: Regina Damasceno Oliveira de Souza – Matrícula n. 14036 Cargo: Analista Judiciário – Especialidade Direito Ato de nomeação: Portaria n. 5065/2015-GP, de 30/11/2015, DJE-01/12/2015 Ato de lotação: Servidora colocada à disposição do Fórum da Comarca de Juruti, até janeiro/2017 (Portaria n. 2245/2016-GP, de 11/05/2016, DJE-12/05/2016).</p> <p>Nome: Otton Willian Castro Silva – Matrícula n. 117056 Cargo: Oficial de Justiça Avaliador Ato de nomeação: Portaria n. 1788/2013-GP, de 08/05/2013, DJE-09/05/2013 Ato de lotação: Portaria n. 3623/2014-GP, de 30/10/2014, DJE-04/11/2014</p>
<p>4.3. OUTROS SETORES: COPA E LIMPEZA Nome: Maria Irene Barbosa Gonçalves Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais Obs.: Servidora cedida pela Prefeitura Municipal de Almeirim ao Tribunal de Justiça do Pará – Termo de Cedência datado de 16/03/2016.</p>
<p>5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA</p>
<p>5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dra. Monique Nathyane Ribeiro Coelho – posse na Comarca em 13/07/2015.</p>
<p>5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular, conforme Portaria n. 4088/2015-MP/PGJ, de 10/06/2015.</p>
<p>5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim. Cumula com a Vara Única de Almeirim.</p>
<p>5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Não há Defensor Público Estadual designado para atuar junto à Comarca de Almeirim.</p>
<p>5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Prejudicado.</p>
<p>5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Prejudicado.</p>
<p>6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL</p>
<p>6.1 VEÍCULOS</p>
<p>6.1.1 FROTA: 01 motocicleta da marca HONDA, modelo CG 125 FAN KS, ano 2009, placa NSF-6808, em regular estado de conservação.</p>
<p>6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? () Sim (X) Não Justificar: O Distrito de Monte Dourado possui 15 comunidades que distam, em média, 80 km do Centro. As vias de acesso a estas comunidades são estradas de terra de difícil trafegabilidade, em especial nos períodos chuvosos, quando há necessidade de uso de veículos que possuam tração 4X4.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO –
COMARCA DE ALMEIRIM



6.2 INFORMÁTICA:
6.2.1 ACESSO Á INTERNET: <input type="checkbox"/> Bom <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: A internet possui baixa velocidade, aliado ao fato de que o sinal por diversas vezes “sai do ar”.
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): A Vara Distrital de Monte Dourado dispõe de um total de 24 pontos de rede, os quais estão distribuídos da seguinte forma: UNAJ - 02 pontos; Protocolo/Distribuição - 02 pontos; Sala dos Oficiais de Justiça - 03 pontos; Secretaria Judicial – Execução Fiscal: 03 pontos; Secretaria Judicial – Cível/Criminal - 07 pontos; CPD – 02 pontos; Sala de Audiências - 02 pontos; Assessoria - 02 pontos; Gabinete do Juiz – 01 ponto. Tal quantidade é considerada suficiente, uma vez que atende a todos os aparelhos de informática atualmente instalados.
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): <u>1montedourado@tjpa.jus.br</u> Obs.: A unidade judiciária também faz uso do malote digital. A servidora responsável por verificar o e-mail da unidade diariamente é a Sra. Marla Isabela de Oliveira Miranda Lana, Diretora de Secretaria.
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? <input type="checkbox"/> Bom <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: O estado de conservação dos processos é regular vez que se tratam de processos antigos em sua maioria.
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:
7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Cursos de atualização em Gestão Cartorária; Treinamento para utilização do Sistema Kenta (gravação de audiências); Treinamento para utilização do Sistema Libra e suas atualizações; Curso de redação oficial.
7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:
7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: A Vara Distrital de Monte Dourado, instalada em 27/10/2014, ficou com apenas um Auxiliar Judiciário, que ocupou o cargo de Direção de Secretaria, e duas estagiárias durante aproximadamente 08 (oito) meses, fato que acarretou no atraso da movimentação dos processos e cumprimento de ordens judiciais, as quais vem sendo cumpridas gradativamente, assim como as baixas/arquivamentos.
7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? A publicação e conferência da resenha é feita na medida em que os processos são recebidos do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO –
COMARCA DE ALMEIRIM



Gabinete e a servidora responsável pela publicação é a Sra. Marla Isabela de Oliveira Miranda Lana, Diretora de Secretaria.

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICCIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA

TOTAL GERAL 2014: 40

Sentença: 00

Despacho: 31

Decisão interlocutória: 07

Audiências:

-Marcadas: 00

-Realizadas: 01

-Remarcadas: 00

-Não realizadas: 01

-Total: 02

Tribunal do Júri: 00

TOTAL GERAL 2015: 2.517

Sentença: 99

Despacho: 492

Decisão interlocutória: 1.859

Audiências:

-Marcadas: 11

-Realizadas: 51

-Remarcadas: 01

-Não realizadas: 04

-Total: 67

Tribunal do Júri: 00

TOTAL GERAL 2016 (ATÉ 25/05): 659

Sentença: 57

Despacho: 337

Decisão interlocutória: 247

Audiências:

-Marcadas: 10

-Realizadas: 05

-Remarcadas: 03

-Não realizadas: 00

-Total: 18

Tribunal do Júri: 00

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA	QUANTIDADE
CÍVEIS	
CÍVEIS – META 2/2016 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012)	199
CÍVEIS – META 4/2016-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013	0
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	686
CÍVEIS – META 6/2016 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013)	0
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	3
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	798 (Obs.: Incluídos os processos de



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO –
 COMARCA DE ALMEIRIM



	Infância e Juventude)	
CRIMINAIS		
PENAS – META 2/2016 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012)	252	
PENAS – META 4/2016-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013	4	
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	20	
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	29	
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	104	
EXECUÇÃO PENAL	3	
PENAS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	254	
INFÂNCIA E JUVENTUDE		
ATO INFRACIONAL	10	
SITUAÇÃO DE RISCO	3	
TUTELA	1	
GUARDA	6	
ADOÇÃO	1	
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	1	
CARTAS PRECATÓRIAS		
PRECATÓRIAS CÍVEIS	24	
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	2	
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	1	
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA	1531	
Feitos com Tramitação Externa	298	
	Obs.: 133 – MP, 2 – Advogado, 1 – Defensor Público, 157 – PEN, 5 – DEPOL.	
Contagem Física + Tramitação externa	1829	
ACERVO LIBRA	1858 processos ativos	
9 – INDICADORES GERAIS		
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:		
() Sim (X) Não		
Justificar: São observados tanto os Manuais de Rotinas quanto os Provimentos da CJCI. Porém, atualmente, os referidos Manuais não são cumpridos em sua integralidade devido à falta de mão de obra necessária ao cumprimento de todo o serviço da Secretaria.		
9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)		
Observações CJCI: A fonte desta informação é o Portal das Metas Nacionais, no Portal Interno do TJPA, onde são aplicados os filtros de acordo com o glossário do CNJ.		
ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2013	xx	xx
2014	430	25
2015	93	85
9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:		
(X) Sim () Não		
Justificar: Estão identificados apenas os seguintes feitos: réus presos (tarja vermelha e etiqueta); Ato		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO –
COMARCA DE ALMEIRIM



Infracional (fítilho amarelo); Idosos (tarja laranja e etiqueta) – não estão identificados todos; Metas CNJ (etiqueta) – não estão identificadas todas as Metas; Violência Doméstica (fítilho verde); Crimes contra a dignidade sexual (fítilho azul); Crimes dolosos contra a vida (fítilho preto).

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

- (1) INICIAIS;
- (3) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ
- (1) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;
- (2) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:
- (2) IDOSO;
- (1) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;
- (2) AÇÕES DE ALIMENTOS;
- (1) RÉU PRESO;
- (1) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;
- (1) ALVARÁ DE SOLTURA;
- (4) POR ORDEM CRONOLÓGICA
- (5) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
- (6) OUTRO

OBSERVAÇÕES:

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	X	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	X	
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	X	
INFOJUD	X	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	X	
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	X	
INFOSEG	X	
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	X	
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	X	
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA		X
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	

9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?

() Sim (X) Não

Justificar: Não há PADS e/ou SINDICÂNCIAS em trâmite na unidade.

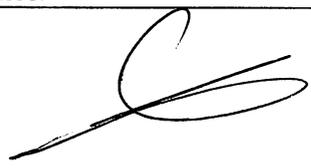
10. INDICADORES CÍVEIS

10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012):

Conforme dados extraídos do Portal das Metas, no link “lista de processos por unidade judiciária” há 324 ações cíveis e penais incluídas na Meta 02/2016. Ainda não foi disponibilizado no Portal das Metas, o resultado do cumprimento das metas para o ano de 2016, o último resultado informado foi o de dezembro de 2015, mas que não pode ser utilizado como parâmetro pelo fato de não incluir as metas do ano de 2016. No ano de 2015 a meta não foi cumprida.

10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO:

Sim. E em razão do grande quantitativo de feitos de Execução Fiscal há separação de uma sala específica para funcionar como uma “sub-secretaria” dos feitos desta classe.

 7



10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016 PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013): Não há ações incluídas nesta meta.
10.4 PENDÊNCIAS Apreciação de Liminar ou Antecipação de Tutela: Não há pedidos de liminar/antecipação de tutela pendentes de apreciação pelo Magistrado ou em Secretaria, aguardando remessa ao Gabinete.
11. INDICADORES CRIMINAIS
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012): Conforme dados extraídos do Portal das Metas, no link “lista de processos por unidade judiciária” há 324 ações cíveis e penais incluídas na Meta 02/2016. Ainda não foi disponibilizado no Portal das Metas, o resultado do cumprimento das metas para o ano de 2016, o último resultado informado foi o de dezembro de 2015, mas que não pode ser utilizado como parâmetro pelo fato de não incluir as metas do ano de 2016. No ano de 2015 a meta não foi cumprida.
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: 03 (Fonte: contagem física) Obs.: Os réus presos condenados são encaminhados para estabelecimentos prisionais de Belém e região metropolitana ou Santarém, a depender da disponibilidade de vagas, de modo que o controle dos mesmos é feito pela Vara de Execução Penal da localidade para a qual é feito o encaminhamento.
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 07 (Fonte: contagem física)
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: () Sim (X) Não Justificar: Em decorrência das diversas designações do atual magistrado, que acumulou mais de três unidades judiciárias, não foi possível entregar a prestação jurisdicional a contento.
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: (X) Sim () Não Justificar:
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? (X) Sim () Não Justificar:
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): Total de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2009: 26 (Fonte: contagem física)
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: Nos últimos 24 meses não foi realizado julgamento do Tribunal do Júri.
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: 01
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: 0
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: Não há adolescentes internados provisoriamente com prazo de 45 dias extrapolado.
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim (X) Não Justificar: Não há pendências com relação à análise de pedidos de decretação ou revogação de medidas de internação provisória.
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: 0
12.5 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim (X) Não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO –
COMARCA DE ALMEIRIM



Justificar: Esta unidade judiciária não possui recursos humanos e materiais que permitam fiscalização.
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Não.
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado.
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Não.
13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE? (X) Sim () Não Justificar: 2 processos em que houve declínio de competência da Vara Única de Almeirim para a Vara Distrital de Monte Dourado. (Fonte: contagem física)
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? (X) Sim () Não Justificar: Não existe Centro de Recuperação na Comarca, de modo que a execução penal somente é feita em relação a apenados em regime aberto/prisão domiciliar.
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim (X) Não Justificar:
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? () Sim (X) Não Justificar: É feito somente o acompanhamento da assinatura mensal pelo apenado.
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Sim. Delegacia de Polícia Civil do Distrito de Monte Dourado.
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Sim. A Delegacia de Polícia Civil do Distrito de Monte Dourado.
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Mensalmente.
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Não há Conselho da Comunidade Instalado no Distrito de Monte Dourado.
14 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 24 (Fonte: contagem física)
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 02 (Fonte: contagem física)
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 31 (Fonte: contagem física)
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: O controle é feito através do acompanhamento do prazo para cumprimento, sendo feita a cobrança através da expedição de ofício e telefonema para o Juízo Deprecado.
15 INQUÉRITOS POLÍCIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Não há inquéritos pendentes de encaminhamento para o Ministério Público Estadual.
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Prejudicado. Não foi possível verificar o número de inquéritos que se encontram encaminhados ao Ministério Público em razão do fato de a Secretaria usar de Cadastro em Lote no Sistema Libra para tramitar processos para o referido órgão.
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 05
16 PETIÇÕES
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: Não há iniciais pendentes de registro e autuação.
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: Não há iniciais pendentes de conclusão.
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 60 (Fonte: contagem física)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO –
COMARCA DE ALMEIRIM



16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 42 (Fonte: contagem física)		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 42 (Fonte: contagem física)		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 191 (Fonte: contagem física)		
17. PENDÊNCIAS DA SERVENTIA		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 531 (Fonte: contagem física)		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 128 (Fonte: contagem física)		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: Não há autos pendentes de conclusão.		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 153 (Fonte: Sistema Libra – em 23/05/2016)		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 121 (Fonte: Sistema Libra – em 23/05/2016)		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
OTTON WILIAN CASTRO SILVA	38	20/04/2016
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO?		
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Justificar: O controle se dá por meio do acompanhamento através do Sistema Libra e a cobrança é feita pessoalmente ao Oficial de Justiça.		
17.7 PROCESSOS RETRABADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	133	18/12/2014
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	02	15/04/2016
17.7.3 ADVOGADO	01	13/04/2016
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSOS EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO?		
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Justificar: Como é feito o controle/cobrança? É feita tramitação externa, que fica arquivada em pasta própria. O controle se dá por meio do acompanhamento através do Sistema Libra e da referida pasta e a cobrança é feita pessoalmente e/ou via telefone.		
18. ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014 CIGI E Nº 04/2014 CIGI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ?		
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		
Justificar: As armas estão cadastradas somente no Sistema Libra. Quanto a bens apreendidos, não há bens apreendidos ou relação de bens apreendidos na unidade judiciária.		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?		
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		
Justificar: A unidade judiciária não dispõe de cofre ou outro local adequado para guarda de armas, as quais ficam guardadas no depósito, em um armário comum, sendo que a chave da sala fica somente com a Diretora de Secretaria ou seu eventual substituto, em caso de ausência legal. Não há outros bens apreendidos na unidade judiciária.		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS?		
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Justificar:		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	
ESPINGARDA	0000825-75.2016.8.14.9100	
ESPINGARDA	0005108-46.2014.8.14.0004	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO –
COMARCA DE ALMEIRIM



ESPINGARDA	0005126- 67.2014.8.14.0004
ESPINGARDA	0005126- 67.2014.8.14.0004
REVÓLVER	0000403- 37.2015.8.14.9100
ESPINGARDA	0000542- 23.2014.8.14.9100
REVÓLVER	0000681- 38.2015.8.14.9100
REVÓLVER	0017867- 74.2015.8.14.9100
REVÓLVER	0000302- 97.2015.8.14.9100
PISTOLA	0024867- 28.2015.8.14.9100
ESPINGARDA	0000282- 43.2014.8.14.9100

18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?

Sim Não

Justificar: Solicitado o recolhimento, a Comissão informou que o mesmo será feito no mês de junho/2016, em data a ser confirmada.

18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?

Sim Não

Justificar: Não há registro de pedidos de doação de armas pelo comando do exército.

19. QUESTAS DE OUTROS JUDICIAIS

19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE?

Sim Não

19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?

Sim Não

Justificar: Todos os procedimentos de depósitos judiciais estão sendo realizados por meio do SDJ.

19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?

Sim Não

Justificar:

19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?

Sim Não

Obs.: A UNAJ funciona na sede da comarca, na Vara Única de Almeirim e o servidor responsável pela mesma é o Sr. Klinger Gonçalves Góes. O fato de não haver UNAJ na Vara Distrital de Monte Dourado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO –
COMARCA DE ALMEIRIM



gera demora na obtenção dos cálculos, em especial de custas finais, vez que se faz necessário que o servidor responsável analise os autos pessoalmente e o envio dos autos pelos Correios gera atraso no andamento do processo.

19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?

(X) Sim () Não

Justificar:

19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?

(X) Sim () Não

Justificar:

20. CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA

- Faz-se necessária a melhoria da segurança do prédio do Fórum, em especial no que concerne à construção de muro e/ou instalação de grade de proteção no entorno do edifício; disponibilização de cofre para guarda de bens apreendidos; instalação de porta de aço e/ou grades na sala onde ficam guardadas armas e bens apreendidos; instalação de câmeras de segurança; posto da Polícia Militar;
- A Vara Distrital de Monte Dourado necessita de um veículo 4x4 para atender ao Juiz e também ao Oficial de Justiça, sendo este, no cumprimento de diligências em comunidades do interior, acessíveis por estrada de terra;
- Criação da UNAJ no Fórum Distrital de Monte Dourado;
- Os servidores pedem que os cursos oferecidos por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem do Tribunal de Justiça do Estado do Pará possam ser acessados após serem encerrados, sempre que for do interesse dos servidores, a fim de poderem sanar eventual dúvida ou rememorar o que o foi estudado;
- Disponibilização de mais cursos por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- Os servidores pedem curso de Formação de Mediadores Judiciais.

21. CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO

- O Fórum precisa de mais servidores para atuar tanto na Secretaria quanto no Gabinete.

22. CONSIDERAÇÕES/RECOMENDAÇÕES DA CIGI

1 - Conforme relatado, o imóvel em que funciona o Fórum carece de reformas para aprimoramento da segurança dos servidores e bens do TJEPA, sendo apontada a necessidade de construção de muro para guarnecer o perímetro do terreno, reforço do gradeamento das janelas e construção de sala segura adequada para guarda de armas apreendidas.

Providência: Oficiar à Secretaria de Engenharia e Arquitetura desta E. Corte, a fim de que seja avaliada a possibilidade de realização de reformas no imóvel do fórum.

2 – Observou-se que o quadro de servidores da comarca se mostra insuficiente para o atendimento da diversidade de matérias que se encontram sob a competência da Vara, possuindo ainda grande dependência de servidores cedidos pela prefeitura municipal, agravada pela falta de servidores decorrente de o servidor Gledson Souza Menezes (Auxiliar Judiciário, matrícula n. 116114) encontrar-se afastado do exercício aguardando julgamento de ação penal (Portaria nº 677/2016-GP, publicada no DJE de 17/02/2016), da servidora Regina Damasceno Oliveira de Souza (Analista Judiciário, matrícula n. 14036) encontrar-se à disposição do Fórum da Comarca de Juruti (Portaria n. 2245/2016-GP, publicada no DJE de 12/05/2016) e do retorno iminente do servidor Elton Jonas Pereira Da Silva (Auxiliar Judiciário, matrícula n. 145068) à comarca de Almeirim, prejudicando o bom andamento dos serviços judiciários

Providência: 1 - Oficiar à Secretaria de Gestão de Pessoas, a fim de que seja avaliada a possibilidade da lotação/nomeação de servidores (analistas, oficiais de justiça e auxiliares) para composição do quadro efetivo.

3 – Noticiou-se que não há Defensor Público nomeado para a comarca, gerando entraves à eficaz prestação jurisdicional.

Providência: Oficiar ao Defensor Público-Geral do Estado do Pará, para ciência da questão apresentada.

4 – Narrou-se que a frota disponível não atende adequadamente às demandas da unidade, havendo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO –
COMARCA DE ALMEIRIM



necessidade de aquisição de veículo adequado às peculiaridades da demanda local, como automóvel com tração 4x4.

Providência: Oficiar à Secretaria de Administração a fim de que seja avaliada a possibilidade de adoção de providências para atender às demandas da Comarca.

5- Relatou-se que há necessidade de capacitação e qualificação de servidores objetivando o aprimoramento das rotinas da secretaria judicial, com disponibilização de cursos de atualização em Gestão Cartorária; Treinamento para utilização do Sistema Kenta (gravação de audiências); Treinamento para utilização do Sistema Libra e suas atualizações; de redação oficial.

Providência: Oficiar à Escola Superior da Magistratura, a fim de que seja avaliada a possibilidade de disponibilização de cursos, sob a modalidade “à distância”, de atualização no novo CPC, gestão de secretaria, Gestão Cartorária, Treinamento para utilização do Sistema Kenta (gravação de audiências), Treinamento para utilização do Sistema Libra e suas atualizações, de redação oficial e outros que contribuam para o aprimoramento da atividade judicial.

6 – Registrou-se a existência de processos finalizados pendentes de baixa/arquivamento em secretaria, sendo apresentada como justificativa para tal fato a ocorrência de longo período em que a secretaria judicial contou apenas com um Auxiliar Judiciário, que ocupou o cargo de Direção de Secretaria, e duas estagiárias, durante aproximadamente 08 (oito) meses, ensejando mora no cumprimento das ordens judiciais.

Providência: Deve o Diretor de secretaria identificar o quantitativo de processos pendentes de baixa/arquivamento em secretaria, elaborando um cronograma de trabalho para proceder a gradativa baixa destes, informando ao Órgão Censor, no prazo de 05 (cinco) dias, a estimativa de prazo até saneamento da pendência.

7 – No cotejo de informações entre o quantitativo de processos localizados em contagem física e aqueles constantes no acervo ativo do sistema LIBRA, verificou-se que o acervo constante no sistema é maior que o físico, do que depreende-se a possível existência de processos fisicamente arquivados mas que não receberam a baixa definitiva no sistema de gestão processual.

Providência: Deve o Diretor de Secretaria da unidade promover a conferência do acervo físico em tramitação, promovendo a necessária baixa no sistema dos feitos que não encontram-se mais em tramitação, utilizando-se das ferramentas disponíveis no LIBRA, tais como os relatórios de processos arquivados com apensos em outra situação, para identificar tais feitos.

8 – Verificou-se ainda que, a despeito da utilização de tarjas e fitilhos coloridos para distinção dos feitos de apreciação prioritária, não encontram-se todos devidamente identificados.

Providência: Deve o Diretor de Secretaria promover, no prazo de 05 (cinco) dias, a identificação de todos os feitos de apreciação prioritária, de acordo com o padrão já adotado na unidade, comunicando ao Órgão Censor a conclusão da medida.

9 – Não há na comarca equipe multidisciplinar para atuar nos feitos em que há necessidade de fiscalização da execução de medida socioeducativa.

Providência: Oficiar à Secretaria de Gestão de Pessoas, a fim de que seja avaliada a possibilidade da lotação/nomeação de servidores para composição da equipe multidisciplinar.

10 – Não foi realizada a contabilização dos inquéritos policiais encaminhados ao Ministério Público uma vez que tal dado não é fornecidos pelos relatórios do LIBRA.

Providência: 1 - Oficiar à Secretaria de Informática, a fim de que seja avaliada a possibilidade da inclusão de tal ferramenta no sistema de gestão processual. 2 – Orientar o Diretor de Secretaria que, verificando a impossibilidade de aferição de determinado dado pelos relatórios extraídos do sistema, deve buscar através dos demais meios disponíveis as informações necessárias à gestão da unidade.

11 – Verificou-se elevado quantitativo de feitos que aguardavam cumprimento em secretaria, totalizando cerca de um terço do acervo da unidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO –
COMARCA DE ALMEIRIM



Providência: Deve o Diretor de secretaria identificar os processos pendentes de cumprimento em secretaria, elaborando um cronograma de trabalho para proceder a gradativa baixa destes, principalmente daqueles que encontram-se aguardando cumprimento há mais de 100 (cem) dias, informando ao Órgão Censor, no prazo de 05 (cinco) dias, a estimativa de prazo até saneamento da pendência. ✓

12 – A despeito da informação declinada de que é realizada a cobrança dos processos com carga externa que encontram-se em poder de advogados, Defensores e membros do Ministério Público além do prazo legal, observou-se que o registro no sistema da carga mais antiga ao Ministério Público ainda não devolvida datava de mais de um ano e meio anterior à correição.

Providência: Deve o magistrado determinar ao diretor de secretaria o imediato levantamento do total de feitos que encontram-se com carga externa, corrigindo eventuais distorções constantes no sistema de gestão processual, procedendo a cobrança da devolução dos feitos e comunicando ao Órgão Censor, no prazo de 05 (cinco) dias, as providências adotadas. ✓

13 – Verificou-se que as armas não encontravam-se devidamente cadastrados no Sistema Nacional de Bens Apreendidos do Conselho Nacional de Justiça.

Providência: Deve o diretor de secretaria, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder o cadastramento e vinculação aos processos no sistema do CNJ de todas as armas apreendidas na unidade, inclusive aquelas já encaminhadas para destruição. ✓

14 – Verificou-se a inexistência de sala adequada para guarda de armas de fogo apreendidas, uma vez que, embora concentradas em local determinado, a sala não oferece as condições de segurança necessárias. ✓

Providência: Oficiar à Secretaria de Engenharia e Arquitetura desta E. Corte, a fim de que seja avaliada a possibilidade de realização de reformas complementares no imóvel do fórum para adequação da sala de armas. ✓

15 – Noticiou-se ainda que somente há Unidade de Arrecadação Judicial – UNAJ na sede da comarca, no município de Almeirim, o que enseja a necessidade de encaminhamento dos autos para a sede da comarca para cálculo de custas, ensejando mora nos feitos que tramitam na Vara distrital. ✓

Providência: Oficiar à Presidência desta E. Corte, a fim de que seja avaliada a conveniência e possibilidade de criação do cargo de responsável pela UNAJ na vara distrital de Monte Dourado.

Anexo: Processos analisados por amostragem.

JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE
Juiz Auxiliar da CJCI

DANIEL DOS REIS AFFONSO
Assessor Jurídico